NORMAS PPGPV 01/2025

CRENCIAMENTO, DESCRENCIAMENTO E ENQUADRAMENTO DE DOCENTES NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO VEGETAL - PPGPV

Complementando o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal, este documento apresenta normas para credenciamento, descredenciamento e enquadramento de docentes, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal da Unidade Acadêmica de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

CAPÍTULO I - DOS ASPECTOS GERAIS

Art. 1º Para efeito de avaliação nacional da Pós-Graduação pela CAPES, o Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal tem seu corpo docente constituído por três categorias de docentes, a saber: docentes permanentes, docentes colaboradores e docentes/pesquisadores visitantes (Portaria CAPES nº 81, de 03 de junho de 2016).

Art. 2º Mudanças pontuais no corpo docente poderão ser realizadas anualmente, porém maiores alterações serão admitidas somente no período imediatamente subsequente à avaliação quadrienal dos Programas de Pós-graduação pela CAPES. A estabilidade, ao longo do quadriênio, do conjunto de docentes permanentes pelo PPG é objeto de acompanhamento e de avaliação sistemática pelas comissões de avaliação de área e pela Diretoria de Avaliação da CAPES.

§ 1º O Colegiado de Coordenação Didática (CCD) pode fazer o credenciamento de professores visitantes e sua correspondente habilitação como orientador, se for este o caso, em qualquer época, a depender da oportunidade de aproveitamento desta categoria de docente.

§ 2º Cabe ao CCD quantificar os artigos comprovadamente aceitos para a publicação para verificar as tendências ascendentes ou descendentes de produção do professor ou pesquisador no quadriênio anterior ou na fração do quadriênio de avaliação.

CAPÍTULO II - DO CREDENCIAMENTO

Art. 3º - A indicação e o credenciamento de docentes no Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal poderão ser formalizados das seguintes formas:

- I – solicitação própria;
- II – indicação efetuada por docentes pertencentes ao Programa.

Art. 4º - As solicitações/indicações de docentes deverão ser submetidas à aprovação do CCD do Programa, o qual decidirá com base nos critérios estabelecidos no Art. 5º desta normativa.

Art. 5º - Para ser aceito no Programa, o docente deverá atender aos seguintes requisitos:

- I – possuir título de Doutor ou equivalente;
- II – ter produzido nos últimos quatro anos, no mínimo, quatro artigos científicos completos, indexados, publicados em periódicos estreitamente vinculados ao universo temático das Ciências Agrárias I e à(s) linha(s) de pesquisa do Programa, atendendo a normativa atual da CAPES (percentil de classificação do periódico superior a 63% (*CiteScore* (Scopus)), ou no mínimo 250 pontos nas quatro produções indicadas;
- III – assumir o compromisso de lecionar, no mínimo, uma disciplina, anualmente, no Programa;
- IV – orientar e coorientar discentes do Programa;
- V – participar de Comissões, CCD, Coordenação do Programa.

Art. 6º - O credenciamento e posterior enquadramento de docentes deverão obedecer à relação colaborador/permanente estabelecida pela CAPES.

Art. 7º - O PPGPV deverá informar à PRPG o credenciamento do docente, pesquisador ou técnico, após aprovação pelo CCD.

CAPÍTULO III - DO ENQUADRAMENTO DOS DOCENTES

Art. 8º Os docentes enquadrados como permanentes devem obedecer aos seguintes requisitos:

- I- apresentar qualidade das publicações científicas no quadriênio anterior compatível no artigo 5º item II;
- II- ter orientado no quadriênio anterior ao ano vigente, pelo menos 1 (um) projeto de Iniciação Científica e/ou Tecnológica, aprovado institucionalmente por instância superior ou por agência de fomento;
- III- ser contratado no regime de 40 horas com dedicação exclusiva;
- IV- ministrar disciplinas no PPG que somem, no mínimo, 3 (três) créditos e que sejam oferecidas anualmente.

§ 1º A critério do Programa, pode-se também enquadrar como docente permanente o docente que não atender ao estabelecido pelo inciso IV do caput deste artigo, devido a não programação de disciplina sob sua responsabilidade, ou por motivo de afastamento para realização de estágio pós-doutoral ou atividade relevante em Educação, Ciência e Tecnologia, desde que atendidos todos os demais requisitos fixados por este artigo para tal enquadramento.

CAPÍTULO IV - DO DESCREDENCIAMENTO

Art. 9º - O descredenciamento de docentes do Programa deverá ter aprovação do CCD e ser posteriormente informado à PRPG.

§ único – O docente será descredenciado por solicitação própria, ou quando não estiver atendendo aos requisitos do Art. 5º, imediatamente após a avaliação quadrienal pela CAPES.

Art. 10º Casos não previstos nestas Normas serão deliberados pelo CCD.

Art. 11º Estas Normas entram em vigor na data de sua aprovação.

Serra Talhada, 14 de março de 2025